

### 3. REVISÃO DE LITERATURA

É fato que as questões que circundam as relações entre autoria e plágio têm preocupado universidades, professores universitários e órgãos de fomento à pesquisa.

Diante disto, buscamos conhecer o que a academia tem discutido, como as pesquisas têm sido desenvolvidas e a que conclusões pesquisadores têm chegado no entendimento das ações referentes ao plágio e à diluição da voz autoral.

Dessa forma, desde o início dos estudos referentes ao tema proposto, em junho de 2011, portais de busca como o da Capes, que possibilitou encontrar mais de três mil artigos em diversos idiomas, ou o Google Acadêmico, que gerou aproximadamente trezentos alertas<sup>19</sup> com artigos discutindo plágio e autoria, foram acessados. Cada um desses alertas disponibilizava cerca de dez artigos com relatos de estudos empíricos sob as mais diversas lentes de análise. Tais estudos, cada qual com sua metodologia específica e com um traçado distinto de análise, versavam sobre as conceituações de plágio, sobre os entendimentos deste objeto de pesquisa em culturas diversas. Quais as formas de plágio? Como se constrói um autor? Os artigos tratavam ainda das definições de autoria, do plágio nas artes, no Direito, na Educação.

No entanto, no que se refere especificamente às relações entre plágio, autoria e o ambiente universitário, a maior parte das pesquisas, são oriundas de outros países. No Brasil, poucas pesquisas que relacionam educação e plágio têm sido realizadas e o tema se concentra, em grande parte, nas discussões propostas pelo Direito, especificamente no que concerne aos direitos do autor, seguidas pelos debates da área de saúde, que dão foco à integridade acadêmica e ao rigor na construção das pesquisas e sua divulgação.

É preciso que sejam realizados mais estudos que coloquem em debate a construção de autorias, no limiar fronteiro com o plágio, estudos que, relacionados ao campo da educação, permitam olhares diversificados, novos

---

<sup>19</sup> O Google Acadêmico é um portal de buscas que permite a seleção e criação de alertas, os quais podem ser recebidos via *e-mail* pelo pesquisador, após cadastro na web. Os artigos, com os temas escolhidos são enviados em curtos espaços de tempo, permitindo que se selecione o que é ou não relevante para as pesquisas em andamento.

entendimentos e ações proíficas que possam amenizar o problema do plágio e da diluição autoral.

Assim, subdividimos as pesquisas revisadas em tópicos, de modo a facilitar a leitura e o encaminhamento dos debates propostos *a posteriori*.

### 3.1.

#### O ESTUDO DE CHRIS PARK: UM PANORAMA SOBRE O PLÁGIO

Um dos grandes achados neste processo de revisão foi o trabalho publicado por Park (2003). Este consiste em uma ampla revisão de literatura sobre o plágio, em grande parte baseada em estudos norte-americanos, a fim de fundamentar um estudo que pudesse elucidar como estudantes de Lancaster – Reino Unido – se relacionam com o assunto.

O artigo oferece ao leitor cerca de cinco laudas de referências e cada lauda com um total aproximado de trinta artigos através dos quais o autor faz um mapeamento de várias investigações realizadas. Park analisa sete categorias: 1) sentidos e contextos do plágio; 2) a natureza do conceito com base no pensamento dos estudantes; 3) percepções dos estudantes acerca do plágio; 4) dimensões do problema do plágio realizado por estudantes; 5) por que estudantes plágiam; 6) que mudanças o plágio digital tem colocado em questão; 7) a necessidade de se promover a integridade acadêmica.

Nas etapas de organização do artigo, Park lista as definições de plágio elaboradas por diversos estudiosos e, na sequência, trabalha com a retórica do plágio. Neste item, ideias acerca de moralidade e propriedade particular dos construtos intelectuais são o foco da discussão.

Após esta inserção no estudo do tema, é colocada à disposição do leitor uma série de estudos que mostram a abrangência do ato de plagiar, não apenas no âmbito acadêmico, como também em outros setores – Literatura, Artes, Ciências, Filosofia, para exemplificar – em que nomes como William Shakespeare, Mark Twain, Samuel Beckett, Steven Spielberg, Pitágoras, Einstein, Sartre, dentre outros, são apresentados como possíveis plagiários. Apresentada a complexidade do assunto, o artigo passa a discutir o tema central a que se propõe: *o plágio realizado por estudantes em universidades, mesclado a outros tipos de trapaças*.

Com relação à trapaça, são apontadas no artigo de Park cinco formas utilizadas pelos estudantes: 1) utilizar como próprio o material alheio; 2) comprar

trabalhos prontos; 3) cópia de trabalhos inteiros sem a notificação, ou referenciação do autor; 4) submeter ao professor um trabalho realizado por outros – com ou sem o consentimento do autor – cópia de diversos trechos sem as referências, a fim de dar a ideia de que uma paráfrase foi realizada; 5) a paráfrase propriamente dita, sem as devidas indicações da autoria.

Na sequência, Park lista os motivos para se plagiar ou não, apresentando duas formas básicas de plágio que podem ocorrer: o plágio intencional e aquele cometido de modo não intencional.

O artigo indica que algumas das justificativas para o plágio ligam-se aos níveis sociais e intelectuais dos estudantes, dificuldades na assimilação dos conteúdos ensinados, personalidade e maturidade, relações de tempo, habilidade para o desenvolvimento de pesquisas, desinteresse por algumas disciplinas, facilidade de encontrar, através da internet, materiais ou sites que oferecem trabalhos prontos.

Sobre a internet, o estudo aponta para a necessidade de se inserir e entender esta ferramenta na vida estudantil, de modo que o fato não seja ignorado. Segundo o artigo, a internet, ao mesmo tempo em que é uma ferramenta para a busca de informações, pode, se mal utilizada, ser um facilitador para o plágio. O mesmo autor evidencia também que, em caminho inverso, a internet pode ser um mecanismo de detecção do plágio.

Os códigos de honra são apresentados como fontes de diminuição das atividades de plágio ou demais métodos de trapaça estudantil. Através de documentos, assinados pelos estudantes, comprometendo-se a agir dentro de preceitos éticos padronizados socialmente, as instituições que adotam essa medida têm conseguido bons frutos na minimização das questões de falta de integridade acadêmica. Contudo, há a ressalva de que estes códigos de honra têm funcionado com os alunos mais engajados em seu processo de aprendizagem.

Como conclusão, o autor declara que há uma vasta produção empírica acerca do plágio acadêmico, principalmente no contexto americano. Essa vasta empiria, por sua vez, tem trazido contribuições para as políticas institucionais do Reino Unido: a) a racionalização de valores éticos pode fazer com que o plagiário deixe de dar importância aos seus pares e autores, dando força ao ato ilícito. Por outro lado, pode fazer com que o plágio seja evitado; b) o plágio, segundo a literatura apontada por Park, não chega a atingir proporções epidêmicas, contudo

não deixa de ser um tema crescente e preocupante, pois representa um risco à integridade acadêmica e à própria garantia de qualidade institucional; c) as universidades devem repensar as suas formas de avaliar e refletir acerca da detecção, prevenção e punição consistentes para os casos de plágio.

Seguindo a lógica de ações institucionais apresentadas no artigo apresentado, o item seguinte traça um panorama do que tem sido realizado pelas universidades do Brasil e do mundo acerca da temática do plágio.

### **3.2. Orientações institucionais**

Um estudo realizado por Krokosz (2011)<sup>20</sup>, permitiu-nos o contato com uma rica indicação de pesquisas já realizadas sobre a temática do plágio e nos apresentou, através de uma pesquisa descritiva documental, como o plágio é abordado nas três melhores universidades de cada continente e do Brasil. O ranking das universidades levou em consideração os dados estatísticos divulgados pelo *Webometrics Ranking of World Universities* no ano de 2009.

Através de buscas nas *homepages* das universidades em foco, o pesquisador procurou agrupar que tipo de documento está disponível para consulta e que caminhos essas universidades têm seguido na direção da discussão e do combate ao plágio.

Como resultados o pesquisador encontrou uma vasta quantidade de materiais informativos, modelos de códigos de honra, manuais sobre plágio e cartilhas contendo normas técnicas para a construção do texto acadêmico. Contudo, nas três universidades brasileiras analisadas pela empiria, a abordagem ainda é incipiente, se comparada com o que se encontrou nas *homepages* das universidades estrangeiras, o que, de certo modo, já é esperado, uma vez que o histórico brasileiro no campo das pesquisas pode ser considerado recente.

Krokosz finaliza o estudo apontando para a necessidade de maior discussão do tema nos cursos de graduação, indica as disciplinas de metodologia do trabalho científico como canais para o debate, de modo que se forme uma rede de esforços entre instituições e seus profissionais para a elaboração de estratégias de prevenção e combate ao plágio.

---

<sup>20</sup> Do mesmo autor, sugerimos: KROKOSZ, Marcelo. *Autoria e Plágio: um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores*. São Paulo: Atlas, 2012.

A partir dessas proposições tentamos encontrar universidades brasileiras e do exterior que tenham construído materiais de orientação sobre plágio e a autoria. Nessa trajetória de buscas, percebemos algumas universidades que demonstram preocupação com o tema. A Universidade Federal Fluminense (UFF) construiu uma cartilha de orientação para os seus alunos, oferecendo esclarecimentos acerca do plágio e apontando caminhos a serem observados no que concerne à elaboração de trabalhos acadêmicos.<sup>21</sup> A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) divulgou em seu portal uma cartilha *online* com uma série de observações acerca do plágio acadêmico, alertando seus alunos sobre o tema.<sup>22</sup> Pelo mundo, encontramos cartilhas e manuais *online* como, por exemplo, o da Universidade de Montreal<sup>23</sup> que encaminha os interessados para uma série de reportagens e textos informativos sobre o plágio, ou a página da Universidade de Nova Iorque (NYU)<sup>24</sup>, que aborda questões de integridade acadêmica.

Todas essas cartilhas e documentos têm em comum o esclarecimento do que constitui o ato antiético do plágio, conceituando-o e apontando para o que, de fato, o configura. Há sempre espaços dedicados aos informes técnicos da construção de um texto acadêmico, mostrando aos universitários como cuidar de seus textos de modo a evitar os lapsos que caracterizariam o plágio. Não faltam, também, exemplos de casos de plágio de grande repercussão.

Esse material, no entanto, deixa de tratar do outro lado da moeda, tão significativa quanto o já referido: a construção do autor. Esses materiais abordam aspectos de ordem legal, moral, técnica, mas não aprofundam os debates sobre a autonomia autoral que permite aos universitários entenderem que é possível autorar, opinar, criticar, dialogar e produzir saberes sem as máscaras facilitadoras do plágio ou das demais trapaças estudantis.

Se partirmos do pressuposto de que plágio é um conceito fronteiro à autoria, necessitamos de maior profundidade nos debates sobre a constituição do

---

<sup>21</sup> Cartilha com orientações sobre plágio da Universidade Federal Fluminense (UFF): [http://www.propfi.uff.br/portaIaglr/sites/default/files/cartilha\\_autoria\\_-\\_digital.pdf](http://www.propfi.uff.br/portaIaglr/sites/default/files/cartilha_autoria_-_digital.pdf) (Acesso em 10 de janeiro de 2012).

<sup>22</sup> Os informes acerca do plágio, divulgados pela PUC-Rio estão disponíveis em: [http://www.puc-rio.br/noticias/nce\\_plagio.html](http://www.puc-rio.br/noticias/nce_plagio.html) (acessado em 15 de junho de 2011).

<sup>23</sup> Integridade, fraude e Plágio – Cartilha da Universidade de Montreal. Disponível em: <http://www.integrite.umontreal.ca/reglementation/documents.html> (Acesso em 21 de setembro de 2012)

<sup>24</sup> Integridade Acadêmica – Cartilha da Universidade de Nova Iorque: disponível no endereço eletrônico: <http://cas.nyu.edu/page/academicintegrity> (Acesso em 21 de setembro de 2012).

ser autor, responsável e ético, uma vez que meras orientações técnicas não constroem, por si, autorias.

### 3.3. DEMAIS ESTUDOS SOBRE PLÁGIO

Power (2009) empiricamente corrobora algumas das proposições apresentadas anteriormente. Sua pesquisa foi desenvolvida com o fim de buscar elucidacões acerca do que os alunos entendem e o que desconhecem acerca do plágio.

A pesquisa, de cunho qualitativo, utilizou como metodologia entrevistas e grupos focais com trinta e um estudantes universitários do primeiro e do segundo ano de cursos diversos, em uma pequena universidade do Estado do Maine, nos Estados Unidos. Segundo a autora, estudar alunos dos anos iniciais da graduação se justifica pelo fato de que neste período os mesmos estão mais propensos ou mais tolerantes ao plágio. Segundo Power, há um grande número de trabalhos sobre comportamentos indevidos praticados por estudantes, mas poucos são os que separam o plágio de uma série de outras trapaças estudantis.

Os grupos focais de Power foram realizados com alunos de cursos de redação, sem a presença do professor, momento em que foram propostos debates sobre plágio.

A pesquisadora analisou os dados produzidos através das seguintes categorias: (1) **relações de poder** (o professor com o controle sobre o estudante), (2) **capital intelectual** (o uso de obras alheias como propriedade), (3) **capital financeiro** (o plágio possibilitando lucro), (4) **o sujeito como agente** (o aluno plagia, mesmo conhecendo as regras propostas pela universidade, ou não busca tomar conhecimento de tais regras, gerando nele próprio uma sensação de poder), (5) **o sujeito passivo** (aquele que plagia por pressões extrínsecas), (6) **motivações para plagiar** (não temer ser flagrado, preguiça, dúvida com relação aos tópicos estudados, pouco tempo para a realização das tarefas, crença de que na educação o plágio é mais aceitável que na vida real), (7) **motivações para não plagiar** (temer ser pego, gostar do professor, gostar de escrever, sentir-se culpado, não poder se dar ao luxo de comprar um *paper*, possuir senso de moralidade), (8) **externalização dos eventos de plágio** (relatar as experiências próprias ou relatar eventos de plágio realizados por outrem), (9) **desenvolvimento** (análise acerca da

maturidade do estudante no que se refere ao entendimento do plágio e de suas causas e consequências), (10) *busca por justificativas* (para plagiar) e (11) *mal entendidos* (declarações incorretas sobre o plágio).

Power conclui ser o plágio um assunto com diversos caminhos de investigação, sendo a visão dos alunos distinta da visão de seus professores. Em destaque, nos leva a refletir sobre a ideia de que não se deve meramente rotular um estudante como desonesto.

Na linha quantitativa, Yeo (2007) realizou um importante estudo com cerca de 198 universitários do primeiro ano de Ciências e Engenharia com a mesma linha temática dos artigos até agora listados. O objetivo da pesquisa de Yeo foi compreender o entendimento dos estudantes universitários sobre plágio acadêmico, bem como seus julgamentos morais para tal prática. Foram utilizados para o *survey* 190 dos 198 questionários distribuídos. O questionário foi constituído de duas questões básicas sendo a primeira *o que você considera como plágio?* e a segunda *qual a penalidade apropriada deve ser aplicada ao aluno que utilizou o plágio?* O *survey* utilizou também seis situações-problema para listar uma ordem do tipo mais sério ao menos sério de plágio: a) copiar e colar materiais de sites de internet; b) um colega copia o trabalho do outro; c) o aluno faz referências inadequadas; d) auxílio de colegas de um mesmo grupo na realização das pesquisas; e) cópia literal de textos; f) alunos copiam um elemento gráfico de alguém.

Os resultados apontaram que há mais alunos que consideram como plágio a cópia integral de material intelectual (46%). Na sequência, 41% considerou plágio como o ato de copiar trechos sem referenciar, 12% cópia por engano, sem a intenção de copiar, 1% deu respostas adversas para o fenômeno. No caso da penalidade mais adequada, 38% declarou que deveria haver a adesão a uma política punitiva por parte das universidades; 29% declarou que a punição adequada ao plagiador é a possibilidade da perda de suas marcas ou patentes, 26% declarou que os plagiadores deveriam perder suas patentes e 7% dos respondentes declararam que o melhor seria uma advertência antes da punição.

Sobre a gravidade das formas de plágio, considerou-se como a mais séria aquela em que o estudante copia e cola elementos extraídos da *web*. A forma moderada foi configurada pela não atribuição, ou referência a quem é de posse, do

elemento plagiado. E a forma menos séria de plágio foi declarada como a cópia de elementos gráficos.

Ainda como conclusão, apontou-se para o fato de que as universidades, por sua vez, devem otimizar um processo de orientação que torne consistentes os conhecimentos acadêmicos e que estes estejam em conformidade com as políticas da instituição.

Outro estudo quantitativo foi realizado por Barbastefano & Souza (2007). A pesquisa brasileira, realizada através do envio de questionários a alunos do curso de Engenharia da Produção do CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro – teve como objetivo compreender como os estudantes envolvidos na investigação percebem o conceito de plágio. Os questionários foram aplicados em 2007, via internet, a cerca de 157 estudantes, do primeiro ao quinto ano, com base nas seguintes categorias de análise: conhecimento da legislação referente aos direitos autorais pelos alunos, uso devido e indevido de citações, fontes de pesquisa e usos de imagens.

A partir dos dados produzidos com os questionários, 48% dos respondentes afirmaram ser o plágio um crime. A opção de plágio como sendo uma ofensa civil foi escolhida por 29% dos respondentes. Os 23% restantes definiram o plágio como contravenção.

Para a questão que buscava aferir que tamanho de paráfrase seria aceitável em um trabalho de pesquisa, 71% dos respondentes disse que cada caso é um caso. Em segundo lugar, a opção de um parágrafo parafraseado como aceitável foi escolhida por 19% dos respondentes. Dois parágrafos e uma linha compuseram respectivamente 6% e 4% das respostas.

Já as questões abertas – *O que você entende por plágio?* e *O que é domínio público?* – receberam respostas dúbias, que não demonstravam certeza por parte dos respondentes. Em outra questão foram apresentadas aos estudantes duas paráfrases incorretas: a primeira omitindo a fonte, usando palavras idênticas às do texto original com algumas trocas de posições e a segunda constando de uma cópia integral, com citação, porém sem discurso indireto e sem aspas, o que revelava uma citação indevida. No primeiro caso, 25% dos respondentes (a minoria) optou pela frase *a paráfrase é válida*. No entanto, no segundo caso 71% dos respondentes considerou válida a paráfrase. Estes resultados, de acordo com os pesquisadores, denotam desconhecimento da forma correta de referenciar.



Quanto às fontes de pesquisa, 97,5% dos respondentes optaram pelo uso da internet, 68,4% usam a biblioteca da instituição, 58,2% Wikipédia, 35,4% biblioteca pessoal, 27,8% Google Scholar, 15,2% portal de periódicos da Capes, 5,1% Scielo e 1,3% CiteSeer.

Sobre a pergunta que indagava acerca do estímulo para utilização de textos da internet no ensino fundamental e médio, colocando os elementos pesquisados nos trabalhos, 68% respondeu que sim, ao passo que 32% optou pela resposta negativa. No que tange a orientação sobre direitos autorais por professores, 81% disse não ter recebido orientação e 19% declarou que sim. Os pesquisadores concluíram que os alunos que fazem mau uso das ferramentas tecnológicas estão propensos a plagiar. Grande parte daqueles que plagiaram no ensino fundamental e médio, plagam na universidade.

Outra observação importante é o fato de que os autores declaram que é preciso haver uma modificação no formato das pesquisas propostas pelos professores a fim de reduzir o plágio.

### **3.4. QUESTÕES DE AUTORIA E PLÁGIO**

Mehlecke et al (2003) apresentam suas preocupações com o fazer autoral em espaços virtuais (fóruns, chats, redes sociais). Estas pesquisadoras tentam, através da análise dos construtos de alunos de EaD (Ensino a Distância), identificar como se produz a autoria em espaços virtuais de uma plataforma para troca de conteúdos e comunicação com estudantes através da *web*. A partir de proposições de debates, moldados por textos teóricos apresentados aos estudantes pelas pesquisadoras, os alunos deveriam construir seus textos dentro da plataforma do curso, expondo seus pontos de vista, suas críticas e sensações acerca dos temas abordados. Os estudantes tinham a liberdade de comentar os textos de outros colegas e podiam, também, receber críticas e sugestões. Isso delineava um espaço de construção coautorial.

O objetivo da pesquisa foi analisar como se constrói o sujeito autor através de seus usos de internet, para identificar possíveis ressignificações do conceito de autoria no correr dos tempos.

De acordo com as pesquisadoras, o espaço de liberdade propiciado pelo chat e pelos fóruns virtuais permitiu aos estudantes a exposição dos

conhecimentos adquiridos, facilitando a contribuição dos mesmos, que discutiam as leituras postadas e sugeriam leituras de outros autores. Isto fez com que fossem enriquecidas as construções autorais individuais e coletivas.

Segundo o artigo, a construção autoral se fez mais eficaz na *web* do que nos espaços presenciais. Isso devido ao fato de que, ao colaborar com críticas e sugestões de textos, os estudantes puderam ter contato com várias leituras, opiniões e outras construções autorais. O artigo aponta ainda, em suas conclusões, que o espaço virtual tem permitido uma maior interação, cooperação e construção autoral, propiciando aprendizagens significativas.

Silva (2008) mostra com seu estudo, um dos mais consultados e citados em pesquisas sobre plágio, como têm sido tratadas as questões referentes à autoria e ao plágio e também as implicações destes para vinte alunos do curso de Letras da UEBA (Universidade Estadual da Bahia). A metodologia aplicada para o estudo foi o uso de entrevistas e a análise das construções textuais dos licenciandos em espaços virtuais de EaD.

As questões fundamentais da pesquisa giram em torno de: a) como os graduandos de letras, professores em formação, estão se apropriando dos hipertextos digitais para produção de textos acadêmicos; b) que concepção de plágio têm os graduandos de Letras; c) como a universidade tem trabalhado a questão da cópia com esses futuros professores de língua materna.

O campo da pesquisa foi um curso de extensão semipresencial, o qual fazia uso de fórum, chat, diários e modelos *wiki* (espaço para realização de escrita colaborativa), disponibilizada pela plataforma do curso: Moodle.<sup>25</sup> Foram discutidos no espaço virtual, servindo como eixo para a análise a leitura, a produção de textos, o plágio, o diário e o texto colaborativo. Segundo Silva, a pesquisa permitiu aferir a dimensão do uso da internet em trabalhos acadêmicos e os motivos desse uso: suprir a falta de tempo, evitando as longas pesquisas bibliográficas, variedade das opções oferecidas pelos *links*, suporte para a melhoria da construção dos argumentos, embasamento teórico na realização dos trabalhos, esclarecimentos de dúvidas relacionadas a tópicos de conteúdos estudados, facilidade na realização das atividades acadêmicas, suprir a falta de livros na biblioteca da universidade.

---

<sup>25</sup> MOODLE: Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment. Trata-se de um software livre, de apoio à aprendizagem, que é utilizado em ambientes virtuais.

Deste uso das ferramentas disponíveis na web, entra em foco a questão do plágio. O artigo diz que dos 20 entrevistados, 37% assume ter cometido plágio de textos; 21% plagia, mas não assume claramente; 41% diz não ser a favor do plágio.

As conclusões da pesquisadora, fundamentais para a discussão que propomos, giram em torno da necessidade da construção de espaços de autoria, uma vez que os estudantes declaram ter a necessidade de reconhecimento por sua competência discursiva. Ainda que o número de estudantes do estudo seja exíguo, não permitindo afirmações mais contundentes, a autora nos direciona para reflexões profundas e de vital importância para pensarmos a educação e os espaços de construção de autoria. Segundo as conclusões do artigo, a internet, por sua vez, não deve ser vista apenas como uma ferramenta facilitadora do plágio, mas deve também ser analisada como canal para a construção de autorias. Como fechamento do estudo, Silva defende a ideia de que a universidade deve fomentar a autonomia e o trânsito entre o mundo constituído de autor, leitor, texto e hipertexto.

### **3.5. INTEGRIDADE ACADÊMICA E DIFERENÇAS CULTURAIS**

Com um olhar direcionado para a questão da integridade acadêmica, encontramos algumas das produções da professora Sonia Vasconcelos (IBqM/UFRJ), a qual vem se dedicando à abordagem do tema. Em 2007a, a autora em foco faz um apanhado de questões que estão inerentes ao tema do plágio. Através de uma análise panorâmica sobre a questão no Brasil e no mundo, a discussão visa a nortear as formas com as quais o plágio tem sido compreendido em países ocidentais e orientais, mostrando que nestes, culturalmente impregnados pela cultura confucionista, as concepções são distintas às do ocidente no que se refere à lida com a questão da cópia indevida e com o compartilhamento do conhecimento.

De acordo com o artigo, em países como os Estados Unidos e o Reino Unido, o problema do plágio é visto com grande seriedade e as sanções àqueles que o cometem se baseiam no estatuto da “tolerância zero”. Através de alguns exemplos elucidativos de projetos e trabalhos acadêmicos plagiados, a pesquisadora encaminha o leitor para propostas de discussão acerca da integridade

nas pesquisas acadêmicas e evidencia o fato de que o plágio ainda é um conceito difuso.

Outro ponto levantado é o que correlaciona plágio e língua estrangeira na realização e divulgação de pesquisas, ponto que pode ser observado também em outras produções da pesquisadora (VASCONCELOS, 2007b, 2008). Segundo a autora, não é raro o plágio de textos estrangeiros, principalmente os de língua inglesa, e poucas de nossas pesquisas são publicadas em periódicos estrangeiros pela dificuldade que enfrentamos no manejo do idioma inglês para a construção da escrita científica. Essa dificuldade de manejo do idioma, segundo a pesquisadora, coloca o Brasil em um posto que acaba por favorecer a ocorrência do plágio, uma vez que pequenos trechos de pesquisas publicadas em Inglês, acabam sendo apropriados por pesquisadores brasileiros.

Encerrando a discussão, Vasconcelos indica caminhos de reflexão e ações que podem minimizar os problemas relacionados ao plágio. O primeiro ponto é a discussão do assunto dentro da academia. Além da orientação acerca do tema, a autora sugere medidas, como o incentivo à redação acadêmica em Inglês, que tornem possível, de fato, o diálogo entre as concepções temáticas do plágio no exterior e seus elos com a produção acadêmica brasileira na área de ciências.

Em outro artigo, Vasconcelos et al (2009) apresentam, através de uma série de referências, o fato de que na América latina a questão do plágio na produção científica ainda é pouco debatida se comparada às discussões realizadas por países da Europa e pelos Estados Unidos. Os autores apresentam uma pesquisa realizada nas áreas consideradas de Ciência & Tecnologia, utilizando-se de grupos focais em que foram abordadas questões acerca da escrita acadêmica em língua inglesa, bem como o conceito de plágio, a ocorrência do mesmo nos cursos de pós-graduação e graduação, níveis de entendimento e de aceitação do tema, bem como o que tem levado pesquisadores a plagiar. O artigo indica que a falta de domínio no manejo comunicativo – o que implica uso da língua e habilidades comunicativas – pode ser indício da ocorrência do plágio.

Outros pontos evidenciados na discussão são a falta de orientação para a integridade acadêmica e o manejo formal da escrita científica em Inglês, o que ultrapassa o mero domínio do idioma. O artigo é encerrado com proposições acerca da necessidade de discussão sobre ética nas publicações científicas de países da América Latina, uma vez que não são apenas os países anglófonos os

interessados na discussão de um assunto de tamanha importância e um destaque é dado à situação do Brasil, para o qual se sugere que os temas plágio e integridade acadêmica devam ser abordados em oficinas e debates nas conferências nacionais.

Partindo dessas proposições, que tangem a questão das diferenças culturais implicadas com o plágio, Handa & Power (2005) trazem importantes colaborações. As pesquisadoras partem do pressuposto de que o baixo domínio da língua inglesa, ou falta de integridade acadêmica têm sido motivos para a configuração de casos de plágio entre estudantes indianos matriculados em universidades da própria Índia e aqueles, também indianos, matriculados em universidades australianas, cujas bases filosóficas e legislativas se configuram aos moldes de países ocidentais – uma vez que a Austrália fora colonizada por países do ocidente.

Através de uma revisão de literatura alguns pontos são evidenciados: a) a ampliação cultural interligando a Austrália e o resto do mundo; b) a dificuldade no domínio da língua inglesa e uma cultura adversa à ocidental como elementos favoráveis à ocorrência do plágio; c) confusão no entendimento do que vem a ser plágio; d) dificuldade no manejo das citações; e) a falta de tempo como justificativa para o plágio; f) o contexto em que se analisa o plágio – o que pode evidenciar plágio intencional ou não intencional; g) a reprodução de textos considerada ética em uma cultura pode ser antiética em outra.<sup>26</sup>

Através de questionários enviados a graduandos indianos e matriculados em universidades da Índia, professores destas instituições e estudantes de pós-graduação matriculados em universidades australianas, as pesquisadoras concluíram que tanto as instituições que enviam alunos para a Austrália, quanto as universidades australianas devem trabalhar com os estudantes, colocando-os em contato com um tipo de construção diferente e entendida como ética no país de destino, no caso, a Austrália. O Inglês utilizado pelos alunos indianos necessitava de ajustes quando aplicado para atividades acadêmicas. Por causa da duração dos vistos de permanência, estes alunos eram obrigados a retornar à Índia e enviar seus estudos de conclusão de curso *a posteriori* sem terem, no entanto, recebido de seus professores australianos as devidas orientações formais da construção do texto.

---

<sup>26</sup> Para aprofundamento destes pontos, sugerimos a consulta às referências bibliográficas de Handa & Power (2005).

Ainda para as autoras, os casos de punição a alunos plagiadores devem ser analisados com cautela pela academia australiana uma vez que esta deve pensar em receber os alunos em sua diversidade cultural, dotando-lhes dos conhecimentos, normas e regras que devem ser levados em consideração em solo australiano. As regras não devem ser apenas apresentadas, mas os estudantes estrangeiros devem ter a oportunidade de praticá-las para que haja a devida compreensão e manejo das construções autorais acadêmicas tidas como éticas. O texto ressalta ainda que a responsabilidade pela integridade acadêmica e pela não ocorrência de plágio transita numa ponte em que cada lado tem sua parcela de responsabilidade.

Wasserman (2010), em seu ensaio acerca da integridade acadêmica, apresenta uma lista de conceitos que tangem as questões da integridade acadêmica. Em especial, o autor faz algumas considerações sobre plágio, autoria e honestidade, trazendo exemplos que comprovam que o plágio no âmbito acadêmico estabelece uma relação antiética e de desonestidade perante os pares e perante a sociedade. O ato de um plagiário é analisado como sendo inaceitável uma vez que a feitura e a publicação de trabalhos de pesquisa produzem efeitos diretos na vida da sociedade que depende das pesquisas para obter crescimento e bem-estar. Desse modo, segundo o texto, o plagiário, além de cair em descrédito na visão de seus pares e da comunidade acadêmica deve se retratar perante a sociedade e sofrer as sanções impostas pelas legislações vigentes no país. Ao expor suas colocações o autor enfatiza que um trabalho de pesquisa se faz de modo dialógico e que deve estar envolto por preceitos éticos.

Como conclusão, o artigo nos diz que os iniciantes no universo da pesquisa necessitam compreender que a ética em pesquisa deve fazer parte do cotidiano acadêmico e que o tema da ética deve ser debatido nos espaços de pós-graduação. O autor faz alusão também a modelos de códigos de conduta que deveriam ser aplicados nos países da América Latina.

### **3.6. COMBATE AO PLÁGIO**

Nesta atmosfera que circunda o quesito responsabilidade, de ambas as partes relacionadas com o plágio – alunos, professores e instituições de ensino –

Gay *et al* (2012) trazem contribuições e sugerem caminhos para o combate ao plágio.

Preocupados com as implicações que mesclam as relações entre plágio e educação, os autores iniciam suas colocações conclamando universidades, escolas públicas e privadas a trabalharem em uma mesma sinergia. Para tal, partem do pressuposto de que: a) é necessário desenvolver nos estudantes competências que permitam que os mesmos consigam fazer bom uso dos documentos encontrados no formato digital; b) muitos estudos já foram realizados sobre o tema de modo que se torna inútil “reinventar a roda”; c) não estigmatizar os alunos pelo ato de copiar e colar, modalidade resultante das inovações no campo digital.

É com base nesses tópicos que os autores traçam uma série de sugestões para que seja realizado um combate efetivo ao plágio. Este combate, no entanto, segundo os estudiosos em evidência, esbarra no fato de haver quem negue ou tente atenuar o problema do plágio, não investindo em mecanismos de orientação e punição.

Ainda na mesma discussão, os autores alertam para o fato de que o problema do plágio não deve ser focado apenas nos estudantes, mas também que as atenções se voltem para pesquisadores, professores e comunicadores em geral. O artigo diz ainda que o plágio nem sempre é intencional. Este “pode ser fruto de uma negligência, ou mesmo de ignorância”.<sup>27</sup>

Como conclusões, os autores apontam para quatro eixos de observação para a construção de políticas antiplágio: a) **sensibilização**, que oriente sobre a ética e o respeito às leis de propriedade intelectual; b) **formação**, que coloque os produtores de documentos em contato com “as práticas de boas maneiras” na construção de uma escrita que faça uso de recursos de citações, referências; c) **controle**, para que se possa detectar o plágio nos cargos de atividade pedagógica; d) **sanção**, que implica em respostas graduadas e sistemáticas ao plágio detectado levando-se em consideração o perfil do plagiador.

Finalizando o artigo, os autores retomam a questão da dificuldade de se lidar com a questão do plágio diante das diferenças culturais, e evidenciam que o problema está posto, é de preocupação mundial e que é necessária a preocupação com o mesmo.

---

<sup>27</sup> Nossa tradução para: *Il peut être le fruit d'une négligence, voire même d'une simple ignorance.*

### 3.7. TRAPAÇA E PLÁGIO

Acerca da indagação que coloca em debate questões referentes a tipos de trapaça e plágio, buscamos algumas pesquisas que nos elucidassem sobre os porquês de estudantes, mesmo conhecendo os riscos e sabendo reconhecer uma ação avessa a preceitos morais, buscam subterfúgios na cola, no conluio, no plágio para construir seus trabalhos.

Dentro dessas perspectivas, Niels (1995), elabora uma reflexão de fundo teórico que indica que a estrutura escolar e a forma de organização dos currículos acabam por induzir os estudantes ao universo da trapaça.

A escola, juntamente com a família, cria uma atmosfera de competitividade, fazendo com que galgar boas notas e alcançar uma posição de destaque no ranking dos melhores se torne uma meta. Contudo, as formas de se alcançar essa meta é que são contestáveis, uma vez que nem sempre os estudantes fazem uso de seu poder intelectual para tal.

Diante disso, o autor apresenta uma série de exemplos de trapaças praticadas: a cola, o conluio na apresentação de trabalhos, estudar através de anotações feitas por colegas, encontrar uma cópia de um exame para decorar as respostas.

Como conclusão, reflexões e provocações são colocadas no prelo: professores precisam estar atentos, devem saber encaminhar seus alunos de modo a auxiliá-los na construção dos saberes. Devem ser elencadas prioridades para o trabalho docente e o estímulo à competitividade deve estar embasado em reflexões que permitam que o aluno compreenda que uma nota não significa aprendizado.

O estudo de Storm & Storm (2007), assim como o estudo abordado anteriormente, está direcionado para o mesmo foco da discussão. Os autores apresentam uma revisão de literatura e discutem temas como honestidade e integridade acadêmica frisando o ensino médio e a educação superior.

São apontados como motivadores da trapaça: a necessidade de boas notas, a falta de tempo para realizar os trabalhos, a inocuidade do curso para o estudante. Os autores têm a preocupação de mostrar como os estudantes se apropriam das ferramentas tecnológicas para trapacear: uso de celulares, *Iphones* e afins, para transmissão de respostas de exames, por exemplo.



O plágio através da internet é apontado como uma das categorias do ato que mais assustam pais e professores. Assim, do mesmo modo que Livingstone (2011), o autor aponta para a necessidade de professores e da família dos estudantes darem um suporte durante a realização dos trabalhos.

Diante da problemática levantada, os autores concluem que é preciso que os professores deem prioridade às discussões acerca de ética, que devem discutir os efeitos do plágio e das trapaças, que o currículo escolar deve se aproximar da realidade vivida pelo aluno, que a família deve atuar em parceria com as instituições de ensino e que seja dada ênfase à motivação para o aprendizado. Como fechamento Storm & Storm dizem que quando os estudantes acatarem as orientações delineadas dentro dos parâmetros da integridade, adotando essas orientações como um estilo de vida, os benefícios não serão apenas deles, mas de toda a sociedade.

Também na linha dos estudos que abordam a questão da trapaça, encontramos as proposições de Jones (2011). O objetivo do estudo é fazer um compêndio de temas que envolvam discussões acerca da integridade acadêmica, apresentando ao leitor práticas que fogem às condutas morais.

O autor faz um levantamento de tipos de trapaças estudantis, sendo algumas delas submeter o mesmo trabalho em momentos distintos, cola durante exames, uso de material não autorizado (impressos ou no formato digital) durante avaliações, ajudar um colega a cometer um ato desonesto, mentir para proteger alguém que tenha cometido algum ato de caráter repreensível.

O plágio é abordado, mas numa linha distinta das demais trapaças. Um item do artigo foi construído exclusivamente para defini-lo, exemplificá-lo e categorizá-lo.

Dentro da proposta de apresentar tipos de atos de desonestidade acadêmica, o autor encerra o texto apresentando dicas de procedimento em casos de suspeita de trapaças e plágio.

Como fechamento do texto, o autor apresenta dicas do que leva um professor a suspeitar de um trabalho: uso de palavras, termos, conceitos que não são facilmente compreensíveis, incluir citações e ou títulos com fontes distintas das encontradas no corpo do texto, textos escritos em estilo diferente do que o aluno comumente utiliza, checar a URL das referências para checar se o trabalho de fato existe.